

FISCALIZAÇÃO

Tribunal de Contas suspende contrato de serviços médicos de R\$ 501 mil em Amambai

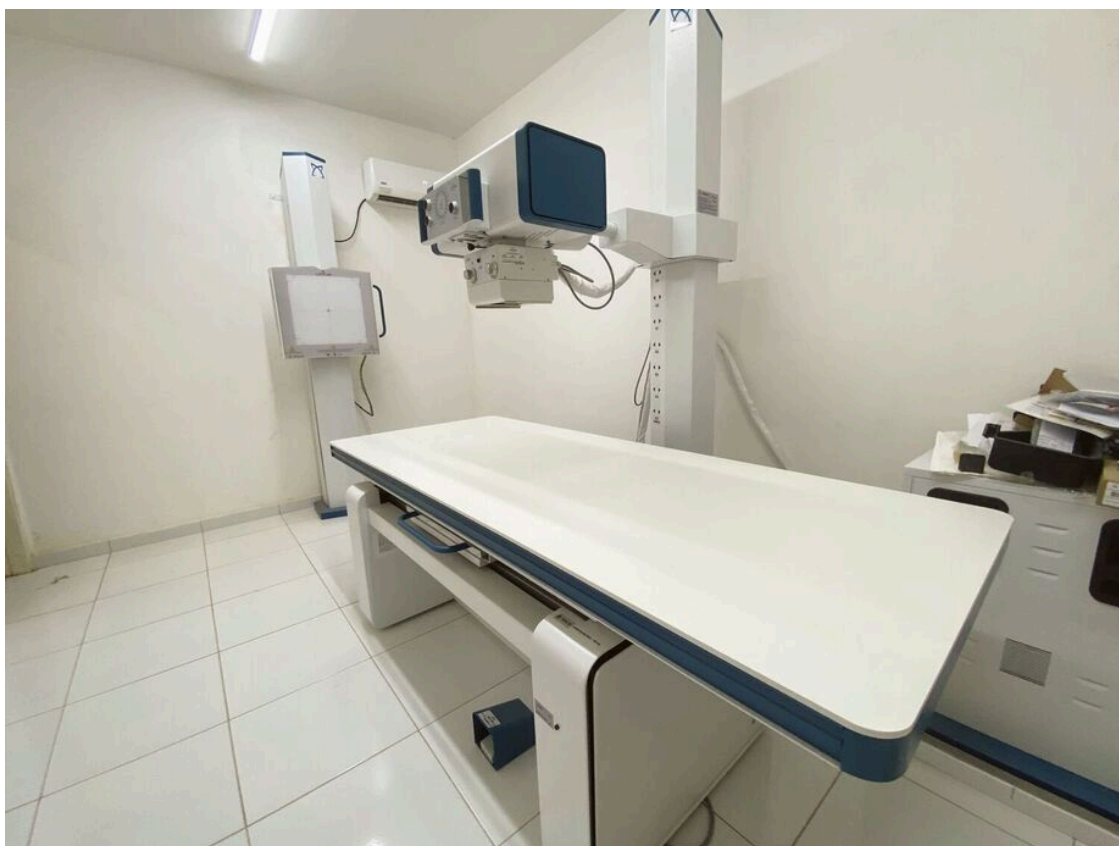
Publicado no Diário Oficial desta quarta (26), TCE-MS suspende licitação de R\$ 501 mil para radiologia em Amambai por irregularidade na modalidade do pregão; novo certame será aberto.

🕒 26 fevereiro 2025 - 15h20 | Ricardo Eugenio

Ouvir:

Tribunal de Contas

00:00



TCE-MS suspende licitação de R\$ 501 mil para serviços de radiologia em Amambai por irregularidade na modalidade do certame; novo processo será aberto. - (Foto: Divulgação)

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) determinou a suspensão da licitação para serviços médicos na área de radiologia em Amambai. O pregão eletrônico, estimado em R\$ 501.611,72, foi questionado pela empresa Serviços Médicos Entre Rios LTDA, que alegou irregularidades na escolha da modalidade do certame.



Receba as principais notícias no nosso canal no WhatsApp | *Fique atualizado >*



Entre agora

A suspensão foi oficializada no Diário Oficial desta quarta-feira (26), após decisão da relatora do caso no TCE-MS. A denúncia apontou que a Prefeitura utilizou um pregão presencial, formato considerado inadequado para a contratação de serviços médicos. O TCE-MS já tem um entendimento consolidado de que esse tipo de serviço deve ser contratado via credenciamento, permitindo maior concorrência e ampliação da rede de atendimento.

Diante da decisão da Corte de Contas, a administração municipal optou por anular a licitação, reconhecendo a irregularidade na modalidade escolhida.

Impactos da suspensão - Com a anulação do certame, um novo processo será aberto seguindo as recomendações do TCE-MS, utilizando o modelo de credenciamento. Isso permitirá que diferentes empresas e médicos se habilitem para prestar os serviços, aumentando a competitividade e a oferta de atendimento.

No entanto, a mudança pode gerar atrasos no acesso a exames de imagem pelo SUS, impactando pacientes que dependem do serviço na rede pública. O contrato previa a realização de milhares de exames, incluindo ultrassonografias obstétricas, abdominais, vasculares e musculoesqueléticas.

A decisão também reforça a necessidade de transparência na administração pública e o cumprimento das normas legais em processos licitatórios, especialmente em setores essenciais como a saúde.

Próximos passos - A Prefeitura de Amambai deve apresentar um novo edital em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas. Enquanto isso, pacientes do SUS que necessitam de exames de imagem podem enfrentar maior tempo de espera até a regularização dos serviços.

O caso exemplifica a atuação do TCE-MS na fiscalização de contratos públicos, garantindo que as contratações ocorram dentro das regras estabelecidas e evitando prejuízos aos cofres públicos e à população.